

-----**ATA N.º 28/2012**-----

-----Aos 19 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA;-----

-----EMIÇÃO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – REQUERENTE: HERDEIROS DE ARMANDO CAÇADOR;-----

-----LOTEAMENTO DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – 2.ª REDUÇÃO DE CAUÇÃO;-----

-----EMIÇÃO DE CADUCIDADE DEFINITIVA DO PROCESSO N.º 50/2008;-----

-----CANDIDATURA “ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – NÚCLEO INTERPRETATIVO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE CELORICO DA BEIRA” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 3/10/2012;-----

-----APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NA RUA SACADURA CABRAL, RUA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, PRAÇA DA REPÚBLICA E RUA MAXIMIANO ANTÓNIO DA COSTA, EM CELORICO DA BEIRA;-----

-----AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS;-----

-----ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E RSU's PARA O ANO DE 2013.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----1.1 ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO TÉCNICO-----

-----Requerente: Junta de Freguesia da Ratoeira-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 5/12/2012, relativamente ao requerimento n.º 9495, com o seguinte teor:-----

-----“Ex.mo Sr. Presidente-----

-----A junta de freguesia acima referida solicita o apoio técnico indicado em assunto.-----

-----Nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias. -----

-----Também o n.º 11, do artigo 14.º, do Regulamento Municipal prevê que a Câmara Municipal delibere sobre a concessão de apoio técnico às entidades enunciadas naquele artigo, onde constam as juntas de freguesia (artigo 14.º remete para o artigo 6.º e artigo 7.º do REJUE).-----

-----Proponho que a concessão do apoio técnico solicitado seja objeto de deliberação do executivo, nos termos atrás referidos.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio técnico, à Junta de Freguesia de Ratoeira, para a elaboração do levantamento topográfico da sede da Junta de Freguesia, bem como, levantamento topográfico do quiosque.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**1.2 ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Manuel Figueiredo - Celorico da Beira** -----

-----Foi presente requerimento n.º 11447, datado de 7/12/2012, relativo ao processo n.º 50/2012, em nome de Manuel Figueiredo, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua de Baixo e Rua da Misericórdia – À Praça, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial n.º 348, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de

1951. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1987. -----

-----Integrou a reunião o Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Integrou a reunião o Senhor Vereador António Silva.-----

-----**1.3 ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE**-----

-----**Requerente: Sérgio Paulo Oliveira dos Santos**-----

-----Foi presente requerimento n.º 10612, datado de 19/11/2012, relativo ao processo n.º 11/47/2012, em nome de Sérgio Paulo Oliveira dos Santos, pretendendo efetuar um destaque de uma parcela de terreno, localizada em espaço urbano, de acordo com o PDM e PU em vigor. O local onde pretende efetuar o destaque, é num terreno com uma área total de 9156.00m² e um ónus do não fracionamento de 10 anos a contar de 22 de maio de 2001.-----

-----Após análise do pretendido com o ponto 4, do art.º 6.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 (RJUE), de 30/03 e o ponto 2, do art.º 17.º, do Capítulo III, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, o Regulamento do Plano de Urbanização de Celorico da Beira e o Plano Diretor Municipal, a parcela de terreno a destacar possui uma área de 1356.40m², ficando uma área sobrance de 7796.60m². -----

-----A parcela de terreno a destacar cumpre a seguinte condição: -----

-----a) As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamentos públicos, de acordo com o descrito no ponto 4, do art.º 6.º, do RJUE; -----

-----Informa ainda que a área mínima da parcela a destacar é de 300m² e a frente mínima de 12m, de acordo com o descrito na alínea c) e d), do A), do n.º 2, do art.º 30.º, do PDM, respetivamente; -----

-----A parcela de terreno insere-se em zona consolidada e/ou zona não consolidada de baixa densidade, de acordo com o PU. -----

-----A contagem do ónus do não fracionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7, do art.º 6.º, do D.L. referido. -----

-----**Após análise do parecer dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, deferir a pretensão do requerente, autorizando o destaque de uma parcela de terreno, com a área de 1356.40m².** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**2 - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 - MOBILIDADE INTERNA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 10/12/2012, com o registo interno n.º 3982, que se anexa a esta ata (**anexo I**), referindo que se encontram em Mobilidade Interna Inter Carreiras de 3 trabalhadoras deste Município até 31/12/2012. Mais informa que não sendo esta modalidade de mobilidade suscetível de consolidação, nos termos da Lei e da FAQ n.º 3, do Capítulo “Mobilidade (LVCR)” da DGAEP e pela FAQ de 13 de outubro de 2011 da CCDRC, terá que se sujeitar a decisão superior a sua prorrogabilidade, ou não, até 31/12/2013. -

-----Apesar da competência consagrada ao Presidente da Câmara pela alínea a), do n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, considerando a remissão, para as decisões relacionadas com recursos humanos, feita pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e a remissão, no artigo anexo do OE 2013 para o órgão executivo, deverá esta deliberação ser sujeita a decisão do órgão executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse não ter tido tempo de consultar a legislação e como tal, pretende saber em que consiste a Mobilidade Interna Inter Carreiras. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a Mobilidade Interna Inter Carreiras permite ao trabalhador exercer funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular, ou seja, estes trabalhadores são assistentes operacionais e desempenham funções de assistentes técnicos, daí a necessidade da mobilidade inter carreiras. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, proceder à prorrogabilidade da Mobilidade Interna Inter Carreiras, até 31/12/2013, das trabalhadoras com os números mecanográficos 233, 252 e 303.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, porque na proposta que me é apresentada, não há qualquer justificação da necessidade das funções inerentes à aprovação da mobilidade.” -----

-----**3 - ACAPO - DELEGAÇÃO DA GUARDA** -----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**-----

-----Foi presente ofício proveniente da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, datado de 6/12/2012, com registo de entrada n.º 11413, dando conhecimento da nova Direção da Delegação da ACAPO da Guarda e solicitando que seja dada continuidade ao protocolo de cooperação existente entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Delegação da Guarda da ACAPO.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, dar continuidade ao Protocolo existente entre a ACAPO e a Câmara Municipal de Celorico da Beira.**-----

-----**4 - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2013**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor:-----

-----“À semelhança dos anos anteriores e dada a conjuntura económica atual, tendo em conta que o comércio local, passa por uma grande recessão, é propósito contribuir para alguma melhoria da situação económica dos comerciantes, e ao abrigo da competência auferida pelo n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, proponho que, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2013, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.-----

-----Submeto esta proposta à aprovação da Câmara Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Câmara, nos termos da lei, deliberou por unanimidade, aplicar apenas**

o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2013, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----

-----Mais foi deliberado submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----5 - **REFORMULAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO REFERENTE AO PAEL**-----

-----**ASSUNTO: PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----Foi presente Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Plano de Ajustamento Financeiro referente ao Programa PAEL, que se anexa a esta ata (**anexo II**).-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----6 - **ANAFRE**-----

-----**ASSUNTO: CONCENTRAÇÃO DIA 22 DE DEZEMBRO CONTRA A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO**-----

-----Foi presente ofício da ANAFRE, datado de 12/12/2012, com o registo de entrada n.º 11626, dando conhecimento de que as Freguesias se vão concentrar no dia 22 de dezembro, frente ao Palácio de Belém, para se manifestar contra a Reorganização Administrativa do Território. -----

-----7 - **COMISSÃO DE UTENTES CONTRA AS PORTAGENS NA A25, A23 E A24**-----

-----Foi presente ofício em nome da Comissão de Utentes Contra as Portagens na A25, A23 e A24, datado de 6/12/2012, com o registo de entrada n.º 11452, dando conhecimento de quem está a ganhar com a introdução de portagens nas SCUT's.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que as Câmaras Municipais fizeram um péssimo negócio ao ficarem com a concessão das estradas nacionais, incluindo a autarquia de Celorico da Beira, que atendendo ao pagamento de portagens na autoestrada, o volume de tráfego aumentou, danificando assim, mais rapidamente as estradas nacionais, como é o caso da EN 102 e EN 16. -----

-----**8 - SECÇÃO DE EXPEDIENTE, TAXAS E LICENÇAS** -----

-----**ASSUNTO: ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação com o registo interno n.º 4043, da Secção Administrativa, datada de 12/12/2012, informando que nos termos do artigo 9.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e do artigo 7.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 28 de maio de 2010, estipula que os valores das taxas são automaticamente atualizados, anualmente, no início de cada ano, mediante a aplicação do índice de inflação referente ao ano anterior, publicitado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). -----

-----Assim, para conhecimento, apresenta-se à Câmara Municipal a Tabela de Taxas do Município, devidamente atualizada, para entrar em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2013. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**9 – STAL**-----

-----**ASSUNTO: PRÉ-AVISO DE GREVE**-----

-----Foi presente ofício do STAL, datado de 12/12/2012, com o registo de entrada n.º 11723, dando conhecimento do aviso prévio de greve. -----

-----**10 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMÁCIAS - ESTRUTURA ASSOCIATIVA DO CÍRCULO N.º 20**-----

-----**ASSUNTO: FARMÁCIAS - RUTURA NO ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS**-----

-----Foi presente documento da Estrutura Associativa do Circulo n.º 20 da Associação Nacional de Farmácias, datado de 11/12/2012, com o registo de entrada n.º 11586, relativamente à rutura no acesso da população aos medicamentos. -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que segundo a ANF esta é uma situação complexa e que está numa fase de rutura a nível financeiro, podendo algumas farmácias entrar em rutura de *stock* e haver falta de fármacos, devido ao adiamento da entrega de verbas do Estado, pelo que serão obrigados a cortar na despesa, podendo até, estar em causa postos de trabalho. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o corte nas farmácias tem vindo a acentuar-se há bastante tempo, com maior evidência nos últimos dois anos. Começaram por implementar os genéricos, diminuindo assim a margem de lucro, que anteriormente era bastante significativa, sendo que, o setor de farmácias a nível nacional tinha uma margem de lucro global de 58,7%. Disse que nos medicamentos mais dispendiosos não há uma margem de lucro progressiva, mas sim uma taxa fixa. -----

-----Referiu que este é um problema nacional, ou seja, em todas as áreas geográficas há farmácias a enfrentar dificuldades, não sendo um problema localizado ou restrito a uma área geográfica em particular. Disse que a perda de margem não é compensada, ou seja, não há compensação para a perda de receita nas margens das farmácias através da venda de outros produtos. -----

-----Disse que neste momento o que mais o preocupa é o Interior e mais concretamente o concelho de Celorico da Beira, uma vez que poderá estar

em risco o acesso aos medicamentos por parte da população. Deu conhecimento de que a Associação Nacional de Farmácias solicitou ao município de Celorico da Beira que envidasse esforços no sentido de manifestar o seu descontentamento relativamente a esta situação e que o mesmo fosse enviado para o Gabinete do Senhor Ministro da Saúde. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que, uma tomada de posição, sobre o assunto exposto, foge do âmbito deste Executivo. Na sua opinião, deveria ser elaborada uma nota explicativa, a endereçar ao Ministério da Saúde, informando que a ANF manifestou junto do Executivo de Celorico da Beira a preocupação de poder haver uma rutura no acesso aos medicamentos, por parte da população, face à manutenção das políticas para este setor. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que fosse elaborada uma nota explicativa, a enviar ao Senhor Ministro da Saúde, dando conhecimento que foi solicitada uma audiência a este Executivo pela Estrutura Associativa do Círculo n.º 20 da ANF, onde foi transmitida a preocupação relativamente à rutura no acesso aos medicamentos, por parte da população, face graves dificuldades que o setor das farmácias está a atravessar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**11 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: REFORÇO DE FUNDO DE MANEIO – 2012**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 14/12/2012, com o registo interno n.º 4110, referindo que no seguimento da necessidade de serem processadas despesas de representação até ao final do ano de 2012, é necessário um reforço de 1.000€ no fundo de

manejo já existente a cargo da funcionária Catarina Vanessa dos Santos Mimoso, Assistente Técnica, na rubrica de despesa “**020211 – Despesas de Representação**”. O fundo tem para esta rubrica atualmente 300€ mensais, e com este reforço o valor será de 1300€ que servirá para registar as despesas a pagar no mês de dezembro. -----

-----Este fundo de manejo é constituído nos termos do ponto 2.3.4.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), bem como pelo estipulado no n.º 4 do artigo 12.º da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o reforço de 1000€ no fundo de manejo já existente a cargo da funcionária Catarina Vanessa dos Santos Mimoso, Assistente Técnica, na rubrica de despesa “020211 – Despesas de Representação”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 17/12/2012, com o registo interno n.º 4123, apresentando minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que se anexa à presente ata (**anexo III**). -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**EMIÇÃO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO – REQUERENTE: HERDEIROS DE ARMANDO CAÇADOR-**

-----Foi presente requerimento n.º 11169, datado de 30/11/2012, relativo ao processo n.º 67/2012, em nome de Herdeiros de Armando Caçador, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua de Santo António, freguesia de Aldeia da Serra, inscrito sob o artigo matricial provisório n.º 2317, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na descrição do Modelo 1 do IMI emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação possui 30 anos. Apresentam os requerentes fotocópia resultante da Avaliação do Imóvel, onde descreve que o imóvel possui 35 anos.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a petição dos requerentes.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**LOTEAMENTO DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA – 2.ª REDUÇÃO DE CAUÇÃO** -----

-----Foi presente informação referindo que já foi solicitada a redução da caução do valor inicial (162.512,26€) para 133.598,13€, que foi aprovada em reunião de câmara do dia 7/12/2012.-----

-----Mais informa que vem agora o requerente solicitar uma segunda redução da caução para 109.630,33€. Nesta sequência, foi presente informação da Divisão de Planeamento e Urbanismo, datada de 12/12/2012, com o registo interno n.º 4109, referindo que após visita ao local, verifica-se que os trabalhos enunciados no ofício se encontram realizados. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, deferir a pretensão do requerente, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 54.º, do RJUE, no que diz respeito à segunda redução de caução prestada para o valor de 109.630,33€, correspondente aos trabalhos já executados, relativamente ao Loteamento da Comissão de Melhoramentos da Carrapichana.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**EMISSÃO DE CADUCIDADE DEFINITIVA DO PROCESSO N.º 50/2008**-----

-----Foi presente informação referindo que efetuados todos os trâmites legais previstos, designadamente a audiência prévia, propõem que o executivo emita a caducidade definitiva do processo n.º 50/2008. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, emitir a caducidade definitiva do processo n.º 50/2008, uma vez que já foi dado cumprimento ao CPA no que se refere à audiência prévia.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**CANDIDATURA “ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO – NÚCLEO INTERPRETATIVO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE**

CELORICO DA BEIRA” – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 3/10/2012 -----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto que a deliberação da ata da reunião de Câmara do dia 3/10/2012, em que foi aprovada a concordância na submissão do projeto “Núcleo Interpretativo do Património Arqueológico de Celorico da Beira” ao PRODER, Subprograma 3, Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural, fosse revogada, uma vez que, e após análise dos documentos de titularidade do prédio apresentados pela Secção de Património, solicitou-se ao Gabinete Jurídico que se pronunciasse sobre o terreno em questão. O Gabinete Jurídico informou que o prédio, foi objeto de expropriação por utilidade pública, por declaração n.º 193/99, publicitada em Diário da República em 2/7/1999. A expropriação tinha por fundamento a construção de um parque de estacionamento. Assim, não lhe pode ser dada outra finalidade que não esta, sob pena de os expropriados exercerem o direito de reversão. -----

-----**Nos termos do parecer Jurídico, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, revogar a deliberação da ata da reunião de Câmara do dia 3/10/2012, relativa à concordância na submissão do projeto “Núcleo Interpretativo do Património Arqueológico de Celorico da Beira” ao PRODER, Subprograma 3, Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural.-----**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NA RUA SACADURA CABRAL, RUA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, PRAÇA DA REPÚBLICA E RUA MAXIMIANO ANTÓNIO DA COSTA, EM CELORICO DA BEIRA-----**

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 350/2012, datada de 18/12/2012, com o registo interno n.º 4171, referindo que dando cumprimento ao n.º 1, do artigo 6.º, do D.L. n.º 44/2005 de 23 de fevereiro, o qual refere que a sinalização das vias públicas compete à entidade gestora da via, apresentam planta de sinalização solicitada, a fim da mesma ser aprovada em reunião do executivo. Chamam a atenção que a sinalização exposta na planta n.º 1 (**anexo IV**), apenas diz respeito à sinalização que não se encontra aprovada pelo Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira ou por qualquer deliberação do executivo municipal, podendo assim ser agora aprovada, caso assim seja entendido.-----

-----Apresenta-se ainda a planta n.º 2 com a indicação de toda a sinalização que ficará colocada, concluídos os trabalhos, que inclui a sinalização anteriormente aprovada e a sinalização agora sujeita a aprovação.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, aprovar a sinalização a colocar na Rua Sacadura Cabral, Rua Bombeiros Voluntários, Praça da República e Rua Maximiano António da Costa, em Celorico da Beira, conforme planta apresentada.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**:-----

-----“Voto contra, porque uma vez mais, este Executivo não sabe respeitar a oposição, uma vez que os documentos fornecidos para decisão, apenas referem a legislação e nada consta sobre o assunto. Lamento que as informações de fundamento prestadas na hora, não constem na informação técnica, para que os Vereadores possam analisar e votar conscientemente. Esta declaração, serve para todos os assuntos que foram incluídos na ordem do dia.”-----

-----**AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Património, datada de 18/12/2012, com o registo interno n.º 4175, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe, os Revisores Oficiais de Contas do Município de Celorico da Beira, solicitaram que se procedesse à avaliação dos bens imóveis sem valor patrimonial, conforme reserva imposta no relatório de contas de 2011. -----

-----Nos termos do n.º 1, do artigo 108.º, compete à Direção Geral do Tesouro e Finanças (AT – Autoridade Tributária e Aduaneira) efetuar as avaliações dos bens imóveis do Património, com exceção dos Bens de Domínio Público. O n.º 3, do artigo 110.º, define que as avaliações efetuadas para efeitos de inventário visam fixar o valor patrimonial dos imóveis, com base nos critérios de avaliação previstos no CIMI. -----

-----Informam que os bens foram avaliados pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, sendo esta avaliação de imóveis baseada na aplicação do sistema de avaliação previstos no CIMI (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis).-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que os critérios usados para valorização do património da autarquia, são os mesmos que são usados na valorização do património dos munícipes, alertando para a valorização exagerada que tem vindo a ser efetuada, face à realidade do Município. -----

-----Relativamente à avaliação de imóveis em causa, disse que faz parte integrante das competências de uma Câmara Municipal defender os interesses dos munícipes, acrescentando que a autarquia deveria enviar um manifesto demonstrando a sua indignação nos critérios utilizados na valorização de património, uma vez que o mesmo está sobrevalorizado. -----

-----Face ao documento apresentado, o Senhor **Vereador António Silva** propôs que seja solicitada uma reavaliação dos bens imóveis apresentados, por considerar que existem imóveis sobrevalorizados, embora a autarquia não pague imposto sobre estes bens, tem outras implicações financeiras, nomeadamente amortizações do exercício. Fazendo referência aos lotes de terreno da zona industrial A25, considera que os valores atribuídos são irreais, uma vez que é pretensão deste executivo a sua venda a custo zero, indo assim de encontro aos pressupostos da candidatura do Parque Industrial (estando elencado ao valor do empreendedor do projeto, a criação de postos de trabalho).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar uma reavaliação dos bens imóveis constantes da lista em anexo, por considerarem que existem imóveis sobrevalorizados, embora a autarquia não pague imposto sobre estes bens, tem outras implicações financeiras, nomeadamente amortizações do exercício.**-----

-----**Mais foi deliberado submeter esta proposta à Assembleia Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO E RSU's PARA O ANO DE 2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de 18/12/2012, com o registo interno n.º 4172, dando conhecimento da atualização do tarifário do Abastecimento de Água, Saneamento e RSU's, relativo ao ano de 2013, de acordo com a taxa de inflação divulgada pelo INE de 2,9%, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2013.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou ao Senhor Presidente da Câmara autorização para intervir, uma vez que no período de antes da ordem do dia, não estava ainda presente nesta reunião, ao que o Senhor **Presidente da Câmara** anuiu. -----

-----O Senhor Vereador começou por dizer que vai haver um emagrecimento do Estado, através do encerramento de alguns serviços públicos. Referiu-se à Repartição de Finanças, quer seja a Norte, Sul ou Centro, que está condenada às medidas centralistas do Governo, que age de forma cega no acesso aos serviços, não tendo em conta o dinheiro que foi gasto em acessibilidades, sendo que, também no concelho de Celorico da Beira poderá haver o encerramento de serviços, como é o caso da Repartição de Finanças. Disse que neste momento ainda não está previsto o seu encerramento, mas recomenda que seja solicitada uma reunião com o Senhor Diretor da Autoridade Tributária e Aduaneira para analisar esta situação.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que já foi solicitada uma reunião com o Senhor Diretor Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira de Lisboa, para debater o possível encerramento do serviço de finanças, bem como, do Tribunal Judicial. No entanto, disse que de facto é preocupante olhar para o futuro a curto prazo e ver o que vai acontecer aos concelhos a esse nível, prejudicando gravemente o Interior. -

-----De seguida, o Senhor **Vereador António Silva** disse que as alterações legislativas do OE 2013 trazem fortes penalizações a nível fiscal. Realçando as novas regras de faturação, ou seja, a exigência de a partir do dia 1 de janeiro de 2013 ser obrigatório emitir uma fatura em qualquer transmissão de bens ou prestação de serviços, sendo que, esta medida é aplicável a todos os setores de atividade e para isso é necessário adquirir o equipamento informático adequado que custa cerca de 1300€. Na sua opinião, esta nova medida irá levar ao encerramento de 25% dos

estabelecimentos comerciais no concelho de Celorico da Beira, não só pelo custo do equipamento, bem como, pela sua utilização, uma vez que as pessoas não têm formação para o seu manuseamento. Disse que os cafés existentes nas freguesias têm um forte cariz social e ao encerrarem darão origem à desertificação acelerada das aldeias do concelho, devendo ser dado conhecimento desta situação à Autoridade Tributária e Aduaneira Distrital. -----

-----Fazendo alusão ao encerramento dos tribunais, disse que o Tribunal de Celorico da Beira para já não vai encerrar, mas no futuro poderá ter os serviços ameaçados, tal como aconteceu com o Tribunal de Fornos de Algodres, cujos serviços irão passar para Gouveia, sendo que, na sua opinião esses serviços deveriam ser concentrados em Celorico da Beira, sob pena de no futuro ser o Tribunal de Celorico da Beira a ser encerrado. -

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que quer a situação da Repartição de Finanças, bem como do Tribunal, já foram estudadas e fundamentadas com base em critérios de distância, população, proximidade e acessibilidades. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou qual o papel da Comurbeiras relativamente a todos estes assuntos e se existe uma posição de defesa para adiar o encerramento destes serviços. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse concordar com tudo o que foi exposto pelos Senhores Vereadores. Disse ser contra ao encerramento de qualquer serviço, em qualquer concelho, uma vez que é o esvaziar do Interior. Manifesta o seu total apoio a qualquer autarca que luta contra o encerramento dos serviços nos seus concelhos.-----

-----Relativamente ao Serviço de Finanças, comunga da preocupação de outros autarcas, sobre o seu possível encerramento. Disse que a Câmara

Municipal continua disponível para colaborar na manutenção dos serviços, para que se mantenham em funcionamento.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fazendo referência às CIM's, disse que esta reorganização está a ser feita em gabinetes, estando já em discussão a referida portaria. Na sua opinião, após as eleições autárquicas irá assistir-se ao esvaziar absoluto do poder das autarquias. Disse que lamenta que o distrito da Guarda, por inércia e falta de vontade política não se consiga impor perante a hegemonia de Castelo Branco. Disse que existe um claro aproveitamento político dos resultados que se esperam no futuro e as Câmaras Municipais passarão a ser postos de atendimento de uma CIM, perdendo os serviços, a autonomia e o poder de decisão. -----

-----Referiu que a lei da mobilidade que vai entrar em vigor em breve será o golpe final, no poder local, porque será claramente o passaporte para o despedimento dos trabalhadores das autarquias. -----

-----Referiu que todas estas medidas o preocupam e o seu somatório será o fim do Interior e das pessoas que cá vivem. Disse que era imperativo discutir estas temáticas e sugeriu que o Executivo Municipal promova reuniões, envolvendo outras Câmaras Municipais, para debater estes assuntos e tomar uma posição. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----